



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2008.
(Do Srs. JILMAR TATTO JOSE GUIMARÃES)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a melhora do Brasil no nível de classificação de risco de investimento pela Standard & Poors.

Prezado Senhores,

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, para discutir a melhora do Brasil no nível de classificação de risco de investimento pela Standard & Poors. Com a participação dos seguintes convidados:

1. Guido Mantega - Ministro da Fazenda;
2. Henrique Meirelles – Presidente do Banco Central;
3. Deven Sharma - Presidente da Standard & Poor's;
4. Benedito Fonseca Moreira – Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição ora apresentada tem por objetivo discutir a classificação pela Standard & Poors, uma das maiores agências de risco, a melhora do nível do Brasil na avaliação, o que deverá impulsionar ainda mais o fluxo de capitais em direção aos mercados financeiros do país.

A Standard&Poors, analisa criteriosamente tanto os riscos econômicos quanto os políticos, à saber:

Risco Político: a agência avalia a estabilidade e a legitimidade das instituições políticas do país, a participação popular nos processos políticos, a transparência nas decisões e objetivos de política econômica, a segurança pública, a integridade da sucessão das lideranças e o risco político.

Renda e Estrutura Econômica: refere-se à prosperidade e o grau pelo qual uma economia é orientada para o mercado, as disparidades na distribuição da renda, a efetividade do setor financeiro na disponibilidade de crédito, a competitividade e rentabilidade do setor privado não financeiro, a eficiência do setor público, protecionismo e flexibilidade da mão-de-obra.

Perspectivas de crescimento econômico: envolve a avaliação do volume e composição da poupança e investimento do país, associado à taxa e padrão do crescimento econômico.

Flexibilidade Fiscal: trata-se da avaliação da receita e despesa do governo geral e tendências de déficit ou superávit, da flexibilidade de aumento da receita e sua eficácia, a eficiência das pressões sobre os gastos, pontualidade, abrangência e transparência dos relatórios e obrigações relativas à aposentadoria.

Carga da Dívida do Governo Geral: constitui-se na análise do endividamento bruto e líquido de ativos do governo geral como porcentagem do PIB, da parcela da receita comprometida com juros, da composição de cestas de moedas e perfil de vencimento e da profundidade e amplitude do mercado de capitais local.

Passivos Contingentes e no Exterior ("Off-Shore"): trata-se do porte e solidez das empresas não financeiras do setor público e robustez do setor financeiro.

Estabilidade Monetária : refere-se ao comportamento dos preços nos ciclos econômicos, expansão monetária e do crédito, compatibilidade do regime cambial com os objetivos monetários, fatores institucionais, como a independência do Banco Central e a abrangência e eficiência das ferramentas de política monetária.

Liquidez Externa: diz respeito ao impacto das políticas monetária e fiscal sobre as contas externas, estrutura das contas correntes, composição dos fluxos de capitais e adequação das reservas.

Carga do Endividamento Externo do Setor público: trata-se do endividamento externo bruto e líquido do setor público como porcentagem das receitas correntes, perfil de vencimentos, composição de cestas de moedas e sensibilidade a flutuações na taxa de juros, acesso a financiamentos concedidos por agências de desenvolvimento e carga do serviço da dívida.

Carga de Endividamento Externo do Setor Privado: avalia o endividamento externo bruto e líquido do setor privado e do setor privado não financeiro como porcentagem das receitas correntes, perfil de vencimentos, composição de cestas de moedas e sensibilidade a flutuações na taxa de juros, acesso a financiamentos concedidos por agências de desenvolvimento e carga do serviço da dívida.

Basicamente, um grande volume de investimentos passará a ter como destino o Brasil, Investindo maciçamente nas ações de empresas brasileiras e proporcionando uma alta nos preços.

Por outro lado, esse capital com perspectivas de longo prazo que entrou, em parte substituindo um capital especulativo, vem para ficar e, por isso, para dar estabilidade aos movimentos de nossa bolsa de valores, **gerando ganho e crescimento da Bolsa.**

Quanto menos especulativo o capital, menor a rotatividade dos papéis e menos intensos são os altos e baixos. O índice Bovespa deve passar a traduzir, cada vez mais, um ritmo de crescimento compatível com a realidade das empresas, algo entre 10 e 30% ao ano – caso não haja grande interferência de efeitos extremos como guerras e desequilíbrios políticos. Por isso, o cenário mais otimista para o mercado de ações em nada deve lembrar os últimos anos de grande fatura.

Devemos esperar por uma oferta maior de financiamentos, com taxas menores e prazos mais longos, o que deve aquecer tanto a produção quanto o consumo.

O grau de investimento funciona como uma permissão para que instituições e investidores estrangeiros apliquem seus recursos em papéis da dívida brasileira, o que deve atrair ainda mais recursos de fora. Assim, o real deve se apreciar ainda mais frente ao dólar.

Demonstra que a política econômica obteve sucesso e que agora investidores do mundo poderão aplicar seu dinheiro em um país sério.

Observando esses movimentos, haverá mais capital especulativo surfando nas ondas dos juros altos mais a desvalorização do real – que proporciona um duplo ganho. Nesse movimento, cai o dólar mais ainda, sobe a Bolsa no curto prazo, mas o deficit nas contas externas se amplia de forma mais acelerada. É essa avaliação sobre as contas externas que impedirá o Mercado de apostar mais firmemente na queda do dólar.

Mais ainda: o Banco Central se verá ante um dilema. Ao subir a taxa Selic, sua intenção foi reduzir as taxas de juros de médio prazo. Com o “investent grade” as taxas deverão cair, deixando-o em um dilema: aumentar mais ainda a Selic?

Nessa andar da carruagem, qual a nova projeção para as contas externas?

Esses dilemas marcarão a política econômica nas próximas semanas. Certamente haverá pressão para que as taxas de juros internos convirjam para as taxas dos emergentes, o que será excelente para as taxas de crescimento interno, mas por outro lado, se o Governo não se preparar, poderá prejudicar as exportações brasileiras.

Por tudo isso é que se propugna pela aprovação da presente proposição.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado **JILMAR TATTO**
Presidente

Deputado **JOSÉ GUIMARÃES**